

A DÊIXIS DISCURSIVA: FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO, DO TEMPO E DO ESPAÇO NO DISCURSO

Abstract

This work shows how the dêixis notions reviewed by the Discourse Analysis earns a new signification, contributing to the analysis of the discursive working. It makes clear that a theoretic reflection about the discursive dêixis, demonstrating that with this notion is allowed to define the coordinates of the space-time implicated on the discursive processes, and with the discourse subjects positions, defined on the discursive formation that those discursive processes representate.

Palavras-chave: dêixis discursiva; sujeito do discurso; efeitos de sentido; formação discursiva.

A noção de dêixis, revista pela AD, ganha um novo significado teórico, que serve à análise do funcionamento discursivo. Nesse nosso trabalho, partimos da noção de dêixis discursiva¹ na forma como é definida por Maingueneau (1993). Com esta noção pode-se ter uma primeira aproximação do lugar em que são produzidos os efeitos de sentido de um discurso. Esse lugar é a cenografia de uma formação discursiva.

A dêixis discursiva também possui a função de definir as coordenadas espaço-temporais implicadas na enunciação, mas manifesta-se em uma dimensão que a diferencia de dêixis lingüística: a dimensão do universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação (cf. Maingueneau, 1993, p. 41). E o universo de sentido se dá pela presença dos sujeitos do discurso, o tempo-espaço de enunciação, constituídos a partir da interferência da ideologia no processo de produção do discurso.

Considera-se, assim, que na perspectiva da AD a identificação dos sujeitos do discurso não poderá ser feita apenas pela identificação das marcas lingüísticas que os representam como locutores e alocutários, definidos pelas formas paradigmáticas do *eu* e do *tu*.

Os “papéis” dos sujeitos na enunciação (locutor-alocutário/ enunciador-enunciário ou destinatário), constituem um dos fatores da cenografia discursiva. A noção de cenografia é formulada por Maingueneau (1993) para enfatizar o primado do “sistema de lugares”, quando o processo constitutivo de significação é considerado em termos de formação discursiva. A partir das formulações de Maingueneau, chegamos à seguinte compreensão: a *cenografia* constitui o tempo e o espaço da enunciação, onde os sujeitos se inserem e se posicionam enquanto tais (o locutor e o destinatário do discurso), a *topografia*, não se referindo, exatamente, aos lugares de onde os sujeitos interagem, encarrega-se de delimitar o território desses sujeitos, qual a posição que deve e pode ocupar cada sujeito na instância do discurso. Estes conceitos, apesar de distintos, são, a nosso ver, indissociáveis. Ambos se realizam no tempo e no espaço da enunciação, sendo que a *cenografia* pode ser compreendida a partir da *metáfora do cenário* (ou *metáfora do teatro*, Ducrot, 1987), onde se realiza o teatro da linguagem, diz respeito à forma, à técnica, ao modo de realização da cena enunciativa; a *topografia* refere-se à descrição da localização dos sujeitos na cena.

Compreendemos que a partir desse teatro da linguagem, podemos entender que o enunciador do discurso está definido em relação às formações dis-

¹ A toda dêixis discursiva corresponde uma dêixis fundadora, “entendida como a(s) situação(ões) de enunciações anterior(es) que a dêixis atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade” (Maingueneau, 1993, p. 42) A dêixis discursiva permite a primeira aproximação da cenografia de uma formação discursiva devido à dêixis fundadora, é esta que atribui “validade” àquilo que essa formação discursiva enuncia. Uma formação discursiva inscreve o que enuncia na história de outras dêixis (daí ser dêixis fundadora), o que a torna sustentável e possível de produzir efeito de sentido nos processos discursivos que a materializam. A dêixis fundadora constitui um dos funcionamentos enunciativos que manifesta a *categoria semântica ‘tempo’* (cf. Zoppi-Fontana, 1997, p. 145) em uma seqüência discursiva. Ela contribui com o processo e identificação das *formas de representação de temporalidade do discurso*.

cursivas às quais o discurso está vinculado. O locutor fala, toma posições discursivas, mas sempre na proporção em que mantém uma relação discursiva com o enunciador. O enunciador é o sujeito que se constitui historicamente, a partir das formações ideológicas que representa na formação discursiva a que está aliado. Por isso, o enunciador não pode ser identificado no discurso com as formas de representação do sujeito lingüístico *eu* e suas variações. Ele se manifesta através do todo do processo discursivo e de todos os efeitos produzidos através desse processo - os efeitos de sentido - efeitos imaginários ou metafóricos.

O sujeito, identificado como locutor a partir das marcas enunciativas da primeira pessoa, que se representa pelos padrões de “eu falo”, “eu penso”, é, na verdade, efeito de um processo de superação do indivíduo (enquanto singularidade), afetado por formações ideológicas, através das formações discursivas que as representam. O que se verifica nesse processo de constituição do sujeito do discurso é um conjunto de diferentes vozes² que se associam à voz do locutor e nela parecem ser diluídas em uma só voz, aquela que se apresenta como dizendo o que todos parecem querer ou precisar ouvir.³ A voz que ecoa na voz do locutor é a voz do enunciador ou *sujeito ideológico*. Esta voz está na dimensão do imaginário ou do interdiscurso, que regula e desestabiliza, ao mesmo tempo, as fronteiras da formação discursiva à qual o locutor está filiado. A voz que unifica as diversas vozes que constituem o discurso é a voz do *locutor*, que se manifesta em/na dimensão do intradiscurso, concretamente realizado nas seqüências discursivas que ordenam o processo discursivo.

Podemos observar esse funcionamento discursivo em discursos como o da Qualidade Total (Discurso da Qualidade Total - DQT), divulgado pela Folha de São Paulo em 1994, através do suplemento Qualidade Total. Nesse discurso o SEBRAE/FOLHA se apresentam como “o locutor” do discurso. Como tal, esse locutor é a voz que assimila uma diversidade de vozes, dissimuladas na voz do enunciador (sujeito ideológico) que representa historicamente uma formação discursiva identificada por nós como sendo a formação discursiva do matricial⁴, a qual denominamos de *formação discursiva do mercado*. O caráter dessa formação discursiva é marcado pela heterogeneidade que a constitui, o que significa dizer que no interior dessa formação discursiva se confrontam outros discursos, combinados para representar uma mesma formação ideológica, a que conjuga esforços para a manutenção da ordem capitalista. Por ser hete-

rogênea, a formação discursiva matriz (a do mercado) é representada por uma diversidade de vozes (as vozes do sujeito ideológico), o que nos leva a compreender as diferentes posições que o locutor manifesta no funcionamento do discurso que enuncia.

Considere-se que toda vez que um sujeito toma a palavra, ele põe em ação o que, em AD, é definido como *funcionamento discursivo*, caracterizado como a mobilização estruturante de “um discurso determinado por um sujeito determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas.” (Orlandi 1987, p. 125). Então, para todo sujeito que enuncia, e é identificado como o locutor do discurso, corresponde um interlocutor reconhecido como o seu alocutário, aquele sujeito que não tem, necessariamente, uma realidade empírica, pois se constitui no processo de concretização do enunciado; ele é comumente marcado pelas formas padrões de definição da segunda pessoa, o tu e as outras formas correspondentes.

As formas lingüísticas de representação do alocutário no enunciado podem ser entendidas como formas “de interiorização do interlocutor no discurso” (Orlandi 1989, p.127), mecanismos que “constroem” o interlocutor interno ao discurso. Quando o interlocutor é mencionado através desses mecanismos (formas de tratamento com as quais o *eu* se dirige ao *tu*) pode ocorrer um *deslocamento*: da pessoa centrada no *tu*, do âmbito do enunciado, para qualquer outra pessoa que esteja disposta a participar do processo de tomada de posição ideológica que o discurso sugere. Nesse sentido, a figura imediatamente marcada como o sujeito alocutário é ampliada e deslocada para o sujeito que se constitui como um “interlocutor histórico”; trata-se do destinatário do discurso, que não se confunde com o alocutário.

Assim como o enunciador, aquele sujeito historicamente constituído, que é assimilado (concordando ou discordando) pelo locutor, o destinatário do discurso também não é, imediatamente, identificado através das marcas dos pronomes pessoais que caracterizam um enunciado. O destinatário do discurso poderá ser previsto no funcionamento discursivo; o locutor antevê os sujeitos que serão os interlocutores que o discurso deverá convocar para corroborarem e acordarem acerca dos fins específicos do discurso. Podemos, aqui, recorrer à noção de *antecipação*, na forma como é tratada por Orlandi (1987, p. 126). Por *antecipação* entende-se o processo pelo qual o locutor “supõe o que o outro vai pensar”, diz respeito à maneira como “o locutor experimenta o lugar do seu ouvinte, a partir do seu próprio lugar”. Dessa forma, o locutor poderá dirigir-se, precisamente, àqueles su-

² As diferentes vozes que se associam no discurso remetem à noção de polifonia. cf. Ducrot, 1987; Bakhtin, 1992; Orlandi, 1989 e outros que trabalham essa questão à luz da semântica discursiva.

³ Lembramos aqui a noção de monofonia tratada por Orlandi (1989, p.35-46), “definida como resultante de uma voz social homogeneizante que faz parte do mecanismo articulado entre o silenciamento e a inunção ao dizer, posta em prática por mediadores que distribuem socialmente os sentidos”.

⁴ Matricial é equivalente à *matriz*; corresponde ao lugar de sentidos para onde uma diversidade de discursos são convocados no funcionamento discursivo, para produzir determinados efeitos de sentido. De cada discurso interessa à matriz aquilo que possa contribuir com os fins específicos do discurso em funcionamento.

jeitos que foram afetados pela formação ideológica que sustenta o discurso e é representada pelos enunciadores em uma dada formação discursiva. O destinatário do discurso, portanto, também é definido pela formação discursiva, sendo identificado através das formas de funcionamento da formação discursiva (paráfrase e polissemia), à qual o discurso estará aliado.

Então, no Discurso da Qualidade Total - DQT, ao qual nos referimos, podemos identificar o sujeito para quem este discurso é dirigido, como sendo os micro e pequenos empresários que querem mudar os padrões de uma *gerência tradicional* para uma *gerência moderna*, traduzida pelo locutor como sendo a única possibilidade de esse empresários se estabelecerem no mercado competitivo. Para identificarmos esse sujeitos destinatários do DQT haveremos de considerar o espaço e o tempo em que o discurso é produzido, não só em que é publicado (um jornal de circulação nacional), embora esse também seja um dado importante na identificação dos interlocutores. No caso do DQT, pode-se identificar, a partir das marcas linguísticas, a pessoa a quem se dirige o discurso como sendo os médios e pequenos empresários, os alocutários; mas, pelo funcionamento discursivo, não serão todos os médios e pequenos empresários os destinatários do discurso; estes serão aqueles que “querem mudança”, portanto já foram afetados pela ideologia do discurso empresarial. Assim sendo, os destinatários do discurso são os sujeitos que ocupam um espaço na Formação Discursiva do Mercado (a matricial); e só a partir dela o discurso produz sentido para esses interlocutores.

É bom lembrar que por *formação discursiva* entendemos ser o lugar onde se desenvolve o imaginário no discurso, “onde o sujeito enunciador é produzido, na enunciação, como interiorização da exterioridade enunciável” (Courtine, 1981, p. 50).⁵ O imaginário, por sua vez, é constituído no processo de “interiorização da exterioridade”. Essa questão nos leva a evocar dois conceitos desenvolvidos na teoria marxista: a subjetividade e a objetividade. Nessa perspectiva compreende-se que o que o sujeito pensa ou fala é uma manifestação de uma objetividade subjetivada, ou para usar os termos empregados por Courtine (ibidem), de uma *exterioridade interiorizada*. Aquilo que um sujeito enuncia, “a sua fala”, é produto da subjetividade, de uma subjetividade facultada, tornada possível, produzida pelo social (cf. Chasin, 1988). Ora, o que estamos procurando demonstrar é a aproximação entre o pensamento de Courtine e a teoria marxista “da determinação social do pensamento”.⁶

Na teoria da AD, como na teoria da determinação social do pensamento, o que o sujeito expressa não nasce nele mesmo; nasce fora dele, vai até ele e

com ele nasce *o diferente*. As diferentes formas de expressão da subjetividade, através dos elementos do sistema linguístico (elementos morfológicos e sintáticos), fazem com que essa subjetividade seja única e, contraditoriamente, produza diferentes *efeitos-sujeitos*, diferentes formas de representação do sujeito do discurso, como sujeito enunciador no interior do discurso de cada sujeito (cf. Zoppi-Fontana, 1997). Isso porque a “subjetividade não é autogenética, isto é, ela não dá à luz seu próprio ponto de vista, mas o ponto de vista é socialmente implantado. A exterioridade gera a carnação, a substância da subjetividade.” (Chasin, 1988, p. 156).

Desse processo de subjetivação da objetividade ou interiorização da exterioridade enunciável resulta o que se passou a denominar de *efeito-sujeito*, a partir de Pêcheux (1988). Pelo fato de o sujeito que enuncia ser definido como *o enunciador*, esse sujeito cai na *ilusão* de ser a fonte e origem do seu saber (*esquecimento 1*) e ser aquele que seleciona e determina o que vai dizer (*esquecimento 2*). O sujeito pensa que está emitindo um *ponto de vista* que é seu, que é proveniente, única e exclusivamente, da sua capacidade cognitiva. Mas essa é a *ilusão*: a crença de que se pode encontrar “no ‘solo originário’ dos atos do sujeito (como consciência, atividade, etc.) a fonte daquilo que determina, na realidade, o sujeito como tal” (Pêcheux, 1988, p. 172). A *ilusão* é que a *subjetividade é autônoma*; essa autonomia aparente da subjetividade é, contudo, a inversão de posição da subjetividade no mundo; o mundo aparece como se fosse resultado, produto da subjetividade. Quando na verdade a subjetividade só é possível de ser *subjetividade* em relação à *objetividade* que a determina, à sua *exterioridade* (o interdiscurso, ou as formações imaginárias resultantes da apropriação prático-teórica do mundo pelo sujeito).

Analisando essa questão da constituição do sujeito em sujeito do discurso, procuramos entender esse processo a partir da referência às categorias da *singularidade*, *particularidade* e *universalidade*.⁷ Ora, em AD reconhece-se que toda formação discursiva pressupõe uma *forma-sujeito*, que é a forma a partir da qual o sujeito se identifica com tal formação discursiva e se posiciona enquanto sujeito do discurso; é por isso um efeito, um resultado do processo da interpelação da ideologia (cf. Pêcheux, 1988). Entendemos que a forma-sujeito seja a forma para a qual se encaminha o sujeito do discurso para definir sua identidade; é a base da identificação do sujeito no mundo. Essa base é representada por uma posição do sujeito que estabelece a perspectiva daquilo que está sendo enunciado. Estamos nos referindo ao sujeito que reconhecemos como sendo *o enunciador universal*, uma voz

⁵ Tradução minha.

⁶ Essa forma de referir a teoria marxiana é utilizada por Chasin (1988). Adotamo-la para fazer o confronto com a teoria da AD.

⁷ As categorias filosóficas da singularidade, universalidade e particularidade são categorias que se manifestam na realidade histórico-social, possibilitando as condições estruturais dessa realidade e transformando-a historicamente. Concebemos essas categorias na perspectiva marxiana explicitada por Lukács (1978), cf. tb. Chasin (1995).

que apresenta o discurso como se fosse uma verdade inquestionável, que é o suporte da identificação e do posicionamento do sujeito do discurso com a formação discursiva que o constitui. Isto porque o enunciador universal é constitutivo da memória discursiva, do interdiscurso, que torna possível para o sujeito representar o mundo e representar-se historicamente, como ser ativo da práxis social; é a forma de existência histórica do sujeito no mundo. O enunciador universal manifesta-se concretamente a partir da *tomada de posição* de sujeito do discurso, que consiste em um efeito do interdiscurso - efeito de memória, o resultado da ‘ação’ do enunciador universal no “sujeito falante”. Isso posto, entendemos que a universalidade do discurso é constituída pelo enunciador universal de uma formação discursiva. O enunciador é, em si, uma forma abstrata do sujeito, mas é condição necessária para a realização do discurso e aparece representado pelo “sujeito falante”, o locutor do discurso. Este sujeito definido como *sujeito que fala*, o locutor, não se confunde com *o enunciador*. Esse sujeito é afetado por esse enunciador universal (que a nosso ver é *o enunciador* de fato), responsável pela superação da condição de sujeito singular (ser empiricamente identificável). A relação entre *o enunciador universal* e o sujeito definido como *o locutor* (singularidade superada) assume a forma de uma *particularidade*, que é o *sujeito do discurso*.

Essa relação entre “enunciador universal” e “locutor”, que resulta em uma particularidade, pode ser acrescida à explicação dada pela AD, sobre a posição do sujeito no discurso. Consideremos a seguinte explicitação de Zoppi-Fontana (1997, p. 35): “os processos discursivos não têm origem no sujeito, mas se realizam necessariamente nele, através de uma relação de identificação do sujeito enunciador com o sujeito universal ou forma-sujeito de uma FD.” Concordamos com a noção de que *os processos discursivos não têm origem no sujeito*; ou seja, os sujeitos não são a fonte do seu dizer, como não são a fonte de nenhuma modalidade de realização da práxis em geral. Também reconhecemos que os processos discursivos se realizam necessariamente no sujeito, através de uma relação de identificação do *sujeito enunciador* (sujeito falante ou locutor, para nós) com o *sujeito universal* (enunciador universal, para nós) de uma formação discursiva. O que queremos destacar é essa relação de *identificação* entre os sujeitos, relação em que sujeito falante e enunciador são tornados “idênticos”, passam a constituir e a se representar como um só sujeito: o sujeito que realiza os processos discursivos, que produz o discurso.

Como qualquer outra forma de efetivação social, só com o sujeito, e através dele, o discurso pode ser produzido; isso porque só o sujeito é capaz de dar voz à mudez do real, que existe independente do conhecimento que o sujeito tenha dele.⁸ Mas esse sujei-

to não pode ser identificado como um sujeito físico, uma pessoa singular, ele é um particular. O sujeito que produz um discurso já é uma singularidade superada, é já uma particularidade, é efeito da relação entre a singularidade e a universalidade. É esse sujeito, enquanto particularidade, que se constitui em sujeito do discurso. É ele que dá voz à mudez do real, porque ele é efeito das formações imaginárias que são constituídas historicamente em uma dada formação social. Por tudo isso, é possível afirmar que uma revisão da noção de dêixis pela Análise do Discurso acrescenta ao debate sobre os estudos da linguagem uma forma de deslocamento do funcionamento da língua para o funcionamento do discurso.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- _____. “*Crítica ao liberalismo*”. Maceió: mimeo, 1988.
- _____. “Marx - estudo ontológico e revolução metodológica”. [Posfácio]. In TEIXEIRA, Francisco. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours: à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, N. 62, Paris: Larousse, 1981, p. 9-127.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- FOLHA DE SÃO PAULO/SEBRAE. Suplemento *Qualidade Total*. 13 de março de 1994/ 1º de maio de 1994.
- LUKÁCS, George. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização, 1978.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 2. Ed, Campinas, SP: Pontes, 1993.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. et al. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- ZOPPI-Fontana, Mônica. *Cidadãos modernos, discurso e representação política*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

⁸ “Antes, como depois, o objeto real conserva a sua independência fora do espírito; e isso durante o tempo em que o espírito tiver uma atividade meramente especulativa, meramente teórica.” (Marx, 1983, p. 219).